

ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade

EDGAR SALVADORI DE DECCA

EDITORIA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO
JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN
MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO
SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS

Tradução

Fulvia M. L. Moretto

Apresentação

A FORÇA DA VOZ E A VIOLÊNCIA DAS COISAS

Bento Prado Jr.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

R762e Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778.
Ensaio sobre a origem das línguas / Jean-Jacques Rousseau;
tradução: Fulvia M. L. Moretto. 3ª ed. – Campinas, SP: Editora
da Unicamp, 2008.

1. Linguagem – Origem. 2. Línguas. I. Título.

ISBN 978-85-268-0788-4

CDD 401
400

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguagem – Origem	401
2. Línguas	400

Copyright da tradução © 2008 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1998
2ª edição, 2003
1ª reimpressão, 2010

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em
sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

Apresentação		
A FORÇA DA VOZ E A VIOLÊNCIA DAS COISAS (<i>Bento Prado Jr.</i>)	7	
I	O perigo intrínseco	9
II	A força da linguagem	31
III	A linguagem indireta ou o paradigma musical	53
IV	Retórica e verdade	73
ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS		95
I	Das diferentes maneiras de comunicar nossos pensamentos	97
II	De como a primeira invenção da palavra não nasce das necessidades, mas das paixões	103
III	De como a primeira linguagem deve ter sido figurada	105
IV	Dos caracteres distintivos da primeira língua e das transformações que teve de sofrer	107
V	Da escrita	111
VI	Se é provável que Homero tenha sabido escrever	117
VII	Da prosódia moderna	119
VIII	Diferença geral e local na origem das línguas	123
IX	Formação das línguas meridionais	125
X	Formação das línguas do norte	139
XI	Reflexões sobre essas diferenças	143
XII	Origem da música e suas relações	145
XIII	Da melodia	149
XIV	Da harmonia	153
XV	De como nossas mais vivas sensações agem muitas vezes através de impressões morais	157
XVI	Falsa analogia entre as cores e os sons	161

XVII	Erro dos músicos prejudicial à sua arte	165
XVIII	De como o sistema musical dos gregos não tinha nenhuma relação com o nosso	167
XIX	Como a música degenerou	171
XX	Relação das línguas com os governos	175

Apresentação

A FORÇA DA VOZ E A VIOLÊNCIA DAS COISAS¹

Bento Prado Jr.

Para Cristina de Almeida Prado

I

O PERIGO INTRÍNSECO

Próximo e difícil de apanhar é o deus.
Mas onde está o perigo, ali cresce
O que salva, também.

HÖLDERLIN²

1. *A linguagem impura*

Qual é o estatuto da linguagem segundo Rousseau? Qual é o lugar da teoria da linguagem dentro do sistema de seu pensamento? Por que traço é marcada a originalidade dessa teoria na época das Luzes? Eis aí perguntas que é preciso tentar responder para mostrar o lugar central da retórica dentro da obra de Rousseau.

“A palavra distingue os homens dentre os animais: a linguagem distingue as nações entre si...”. Nessa frase que abre o *Ensaio sobre a origem das línguas* se entrecruzam dois sistemas diferentes de oposição: um circunscreve o lugar *do Homem* (a diferença que o separa dos outros animais), o outro

desdobra o espaço da dispersão *dos homens*. Toda uma lógica propriamente rousseauiana da identidade e da diferença está presente nessa frase e pode guiar a leitura do livro que abre. O sentido dessa dupla oposição se esclarece completamente apenas no capítulo VIII do *Ensaio*, na formulação do princípio metodológico que comanda tanto a teoria da linguagem quanto a antropologia de Rousseau: “Quando se quer estudar os homens é preciso olhar perto de si; mas para estudar o homem é preciso olhar mais longe; é preciso, primeiramente, observar as diferenças, para descobrir as particularidades”.³ Mas apenas um olhar armado pode descobrir, na primeira frase, um indício da originalidade teórica de Rousseau, do lugar ex-cêntrico que ocupa em seu século. Nada, de fato, nessa primeira página do *Ensaio*, parece anunciar uma heresia em relação seja àquilo que convencionamos chamar de “lingüística cartesiana”, seja ao “logocentrismo” da metafísica.⁴

E, no entanto, é a própria raiz dessa lingüística que é abalada e entra em crise com a reflexão de Rousseau sobre a origem das línguas. O pressuposto mais seguro dessa lingüística — o ponto cego que dá segurança a seu desdobramento — é dado pela decisão de ordenar a estrutura das línguas à da Razão: que o *telos* seja o modelo “empirista” ou o modelo “racionalista” do conhecimento, é, de fato, a gênese e a estrutura do entendimento que servem de guia à análise das línguas. As diferentes versões do racionalismo — “formalista” ou “intuicionista” — dão às palavras *status* diferentes, recuperam Crátilo ou o condenam; a língua universal será, dependendo da escolha, possível ou impossível; mas o mesmo otimismo lingüístico está sempre presente. Que a língua seja o “verdadeiro espelho da razão”, como o quer Leibniz, ou que ela seja para o pensamento o que o corpo é para a alma, como o quer Descartes, as palavras ainda são, essencialmente, instrumentos

do conhecimento. Os instrumentos são, muitas vezes, *pesados*, e o peso das palavras — da carne do pensamento — pode também tornar-se um obstáculo: as palavras podem “parar o espírito”, os termos da “linguagem ordinária” são, muitas vezes, ocasião para erros, como quando “dizemos que vemos a própria cera”. Mas, mesmo pertencendo à natureza do corpo e da imaginação, mesmo fazendo obstáculo à lucidez do entendimento, a linguagem nunca é impura em si e pode sempre apagar-se para dar lugar à evidência do pensamento. O exercício do pensamento permite até domar Babel: “Depois de ter ouvido um discurso, cujo sentido compreendemos muito bem, não poderemos dizer em que língua ele foi pronunciado”.⁵ A idéia de perfectibilidade das línguas é suficiente para apagar a oposição entre os partidários e os adversários da língua universal — e, mesmo não se acreditando na possibilidade do projeto de Leibniz, a ciência terá sempre algo de uma língua bem feita. Essa bela continuidade, esse otimismo lingüístico que faz da linguagem o espelho impassível em que vêm refletir-se, sem conflito, coisas inocentes, prolonga-se além do campo da Gramática e da Lógica: na própria idéia de uma “Filosofia das Luzes”, no engajamento dos “Filósofos”, esse otimismo torna-se *político*. A Gramática e a Política dos Filósofos amparam-se mutuamente: a livre circulação das palavras, este sopro muito leve da verdade, pode neutralizar a violência das coisas, instaurar o universo da liberdade.

Não é segundo a mesma lei que se articulam, em Rousseau, a linguagem, a verdade e a liberdade. É a relação entre a Filosofia e a Não-Filosofia que começa a mudar e poderíamos fazer uma leitura rousseauiana dos textos de G. Deleuze sobre o começo em filosofia, sublinhando sua afirmação segundo a qual “há, no mundo, algo que força a pensar”.⁶ Assim, H. Gouhier diz a respeito do esforço de sistematização

presente na *Profissão de fé*. “Esta filosofia é, então, imposta por uma situação insuportável”.⁷ A verdade não é mais tão leve e podemos ser *forçados* a filosofar. Essa proposição de H. Gouhier pode até ser generalizada para a totalidade da obra, como o testemunha o ensaio de Alain Grosrichard sobre a *Gravité de Rousseau*: “Não haverá obra se, no início, não houver dor, contradições, divisão do sujeito — sintomas não de uma ordem que se desfaz mas como de uma doença que cresce, ativa, viva, proliferando, no campo ordenado da natureza, cujas forças ela utiliza para voltá-la contra si mesma. A obra de Rousseau é, profundamente, uma obra de reação. Ela só nasce, constitui-se, desenvolve-se num sistema, *provocando-se a si mesma*”.⁸

É o próprio ato de escrever que está em questão nessa nova articulação entre a Filosofia e a Não-Filosofia que deve, assim, ser levada em consideração na organização da leitura. A força que provoca a reflexão sobre a linguagem é, de fato, o escândalo de um perigo intrínseco ao uso dos signos. De onde vem o que há de impuro na linguagem, este escândalo de uma falha no próprio coração do diamante? Por que se afasta sempre a linguagem em relação à verdade? Como explicar que, no jogo da linguagem, a vontade de verdade seja condenada a uma crise que acaba por opô-la à boa vontade? Por que a normalização das línguas e da música elimina, necessariamente, sua energia originária? É, de fato, a impossibilidade da inocência e da liberdade nas línguas modernas que é dominada, teoricamente, ao termo da gênese ideal que o *Ensaio* retraça. Não é uma má vontade pré-lingüística que está na origem da hermenêutica que recomenda interpretar os discursos à luz do comportamento: é a própria língua, em sua estrutura, em sua “forma derradeira”, que colabora com a mentira, numa dialética em que não se pode mais distinguir a causa do efeito. Essa hermenêutica não é

mais comandada pela norma *lógica* da verdade, mas pela norma de uma verdade *ética*: a crítica da linguagem não é mais a das ilusões da sensibilidade que entravam o exercício do entendimento, mas a de uma sintaxe que torna impossível a transparência entre as almas.

Com a suspeita que Rousseau faz, deste modo, pesar sobre a própria estrutura da linguagem, um vazio se abre entre as palavras e as coisas, entre a Gramática e a Política, um abismo em que soçobram todos os otimismoes. Ali onde havia apenas uma bela continuidade, onde a linguagem ordinária estava pronta a atingir a lógica pura, nesse local tornado problemático, vai instalar-se uma outra concepção da linguagem à qual convém o nome antigo de *Retórica*.

2. A vontade e o desejo

Mal esboçamos o desenho de nossa leitura e eis-nos em pleno paradoxo. Como, de fato, conciliar a imagem do teórico, que descobre um perigo intrínseco no próprio coração da linguagem, com a imagem do escritor que procura a transparência das almas através de uma linguagem que se quer pura e inocente? Essa dificuldade, seja qual for sua abrangência, lembra-nos uma dimensão essencial da reflexão de Rousseau, que acompanha, em movimento livre e intermitente, sua própria atividade de escritor. Ao lado da reflexão sistemática que refaz a dupla gênese das sociedades e das línguas, que reconstitui a história subterrânea da vontade de poder que ela implica, é preciso dar lugar à meditação “na primeira pessoa” do escritor sobre sua própria experiência da linguagem, em que transparece, tal uma *hübris*, o desejo de transparência, o ideal de uma escrita “falante” e de uma palavra sempre segura de si. À luz da oposi-

ção entre esses dois pólos, somos tentados a seguir a tendência da tradição e a ver, para além da lingüística de Rousseau e como uma camada mais profunda, a experiência de um delírio, de uma contradição, de uma armadilha da qual Rousseau seria menos o teórico do que a vítima exemplar.

É preciso, então, seguir as duas vertentes ao mesmo tempo e ver o ponto em que se articulam essa teoria e essa experiência.⁹ Quanto à teoria, o esquema já está presente no primeiro *Discurso*; assim, na Prosopopéia de Fabricius, podemos ler: “Deuses! [...] Que linguagem estranha é esta? Estes costumes efeminados? O que significam estas estátuas, estes quadros, estes edifícios? Insensatos, o que fizestes? Vós, os Mestres das Nações, vós vos tornastes os escravos dos homens frívolos que vencestes? São os retores que vos governam?”¹⁰

Na veemente apóstrofe do cidadão virtuoso, está contido o procedimento geral do primeiro *Discurso* e patente o lugar da linguagem no processo que Rousseau move às ciências e às artes. O escândalo que arranca gritos de Fabricius é o da *força* subjugada pela *fraqueza*, do Vencedor que cai na armadilha irrisória que lhe preparou um Vencido astuto, da virtude que, cega pelo prestígio das palavras, desliza em direção de seu contrário. Apenas a linguagem, seu poder de sedução, é, assim, capaz de inverter o jogo das forças: ela é o próprio lugar da perversão. A vitória de Roma torna-se sua decadência porque o “estrangeiro” lhe rouba a palavra e lhe impõe sua linguagem. Estamos a poucas páginas da *Genealogia da moral*, em que Nietzsche descreve a astúcia “judaica” que acaba vencendo os Romanos, curvando aqueles que “[...] eram os mais fortes e o eram a um ponto em que nunca, sobre a terra, até o presente, existiu quem fosse mais forte e mais nobre, mesmo em sonho”.¹¹

O livre curso da retórica, sintoma de uma alma frívola, é também o elemento propício à perversão: ligados dialeti-

camente, causa e efeito ao mesmo tempo, a desagregação das virtudes e a desmesura da retórica compõem uma só história. Mas, ao contrário de Nietzsche, o diagnóstico dessa decadência não é guiado só pela ótica do Senhor: a própria oposição entre o Senhor e o Escravo só é possível, como mostra o segundo *Discurso*, sobre o fundo das astúcias de linguagem, pelo efeito de uma pequena frase:

O primeiro que, tendo demarcado um terreno, ousou dizer *isto é meu* e encontrou gente suficientemente simples para acreditar nisso, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as cercas ou tapando o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: Evitai de ouvir este impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a Terra não é de ninguém.¹²

Se a continuidade da superfície terrestre é, desta maneira, recortada por muros, se a heterogeneidade do mundo privado se desenha sobre a homogeneidade do espaço público, não é sob o efeito da violência, mas por meio da mentira. O Senhor nascente, na gênese ideal que traça Rousseau, não tem nada da fera loira, do belo predador que está, segundo Nietzsche, na origem do Poder e do Estado. Na origem da sociedade civil, nenhuma força, sem as miragens que a linguagem pode produzir, poderia instituir sua dominação; é preciso atravessar toda a espessura da História, todo o espaço que separa uma origem ideal do presente real para que a mentira se torne supérflua e para que a linguagem mostre, finalmente, sua verdade. A dominação do mais forte, o império da violência é o último termo da História, momento em que a máscara cai e a astúcia não é mais necessária. As palavras se apagam e revelam

sua verdade sempre dissimulada: a pura vontade de poder, o exercício já sempre presente da força contra seu primeiro movimento, o uso da Natureza contra a Ordem que a comanda e, na linguagem, em sua mais profunda intimidade, a vontade de se anular como linguagem. A força bruta não é a verdade de uma humanidade nascente que poderia superar-se, em direção à universalidade, pelo uso racional da linguagem; ela é a verdade, no sentido hegeliano, da linguagem, resultado final que revela e realiza o que era apenas, no início, virtual. Reviravolta total que nos conduz de uma fraqueza, que se impõe pela mediação das palavras, à pureza de uma violência que, para impor-se, não tem mais necessidade de qualquer camuflagem e que substitui a idealidade do discurso pela realidade dos cartazes, dos soldados, do ruído e da fúria das armas de fogo:

Que discursos restam a fazer, portanto, ao povo reunido? Ser-mões. E que importa aos que os fazem se estão persuadindo o povo, visto que não é ele que distribui os benefícios? As línguas populares tornaram-se para nós tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades adquiriram sua última forma: nelas só se transforma algo com artilharia ou escudos; e como nada mais se tem a dizer ao povo, a não ser *dai dinheiro*, dizemo-lo com cartazes nas esquinas ou com soldados dentro das casas.¹³

A violência não remete mais à pré-humanidade, ao grau zero da História; ao contrário, ela é seu produto mais refinado, Fim da História e Fim do Discurso. No coração de uma Natureza inocente, a Palavra define o local do homem e a possibilidade da violência.

Mas o discurso, que descreve a curva necessária pela qual as línguas tendem a tornar-se pura pressão e violência, tem também, por outro lado, a pretensão de ser o espaço da expressão pura e da mais pura liberdade. Ao longo das *Confissões* nada permanece oculto — este discurso proíbe toda suspei-

ta e, por seu caráter excepcional, permite aos homens inspecionar uma alma como apenas o poderia, em princípio, o olhar de Deus:

Que a trombeta do julgamento final soe quando quiser: virei, com este livro na mão, apresentar-me diante do juiz supremo. Direi em voz alta: eis o que fiz, o que pensei, o que fui. Disse o bem e o mal com a mesma franqueza. Não calei nada de mal, não acrescentei nada de bom, e se aconteceu que empregasse algum ornamento indiferente, sempre foi apenas para preencher um vazio ocasionado por minha falta de memória; supus como verdadeiro aquilo que sabia poder tê-lo sido, nunca aquilo que sabia ser falso. Mostrei-me tal como fui, desprezível e vil quando o fui, bom e generoso, sublime, quando o fui: desvendei meu interior como o viste tu mesmo.¹⁴

Ao contrário do movimento corrente da linguagem que apenas mascara a vontade de poder que a comanda, a palavra de Rousseau é atravessada por um desejo de transparência absoluta. E no entanto é nesta linguagem excepcional que parece confirmar-se, por uma outra via, o niilismo lingüístico. Entre a primeira e a última página das *Confissões*, alguma coisa foi mudada: abrindo, pela primeira vez na história (“Esboço uma empresa que nunca encontrou exemplo e cuja execução não encontrará imitador”), a verdade total de uma alma, ele não encontra nenhum olhar compreensivo, nenhum auditor que o possa acolher. O último parágrafo do livro já traduz, por assim dizer, o reconhecimento de sua própria impotência: “Eu acabava, assim, minha leitura e todo mundo se calou. Madame d’Egmont foi a única que me pareceu comovida; ela estremeceu visivelmente; mas recompôs-se rapidamente e guardou silêncio como todos os demais. Tal foi o fruto que tirei desta leitura e de minha declaração”.¹⁵

Apenas um breve frêmito, logo esquecido, marca a recepção desta palavra excepcional, desta voz condenada, assim, a ser sufocada.¹⁶ Através de uma estranha reviravolta, o auditor crédulo, que nunca percebe a duplicidade essencial do discurso dos Filósofos, recua no entanto e se fecha diante desta manifestação única de total sinceridade: como se toda linguagem verdadeira e reta fosse inacreditável, como se apenas a mentira e a obliquidade merecessem assentimento. Além da teoria, no espaço da experiência vivida da palavra, alguma coisa torna impotentes as palavras e as condena ao equívoco. Longe de ser o maravilhoso espelho da Razão, o lugar da verdade, a linguagem seria sempre o lugar do mal-entendido e do engodo, um biombo interposto entre os homens. Rousseau não parece dizer outra coisa, ao descrever sua carreira literária; não é um “infeliz equívoco” que o convenceu a escrever?

O que me lembro bem distintamente, nessa ocasião, é que, ao chegar em Vincennes, estava numa agitação que chegava ao delírio. Diderot o percebeu; digo-lhe qual a causa e leio para ele a Prosopopéia de Fabricius, escrita a lápis sob um carvalho. Ele me exortou a dar livre curso a minhas idéias e concorrer ao prêmio. Eu o fiz e, a partir desse momento, estava perdido. Todo o resto de minha vida e de minhas infelicidades foi efeito inevitável desse instante de descaminho.¹⁷

Rousseau é descaminhado *por* seu discurso, perde-se *dentro* da linguagem. Esta indicação do itinerário biográfico parece dar como que um primeiro esboço das reviravoltas constantes em sua relação com os signos em geral: a passagem constante do elogio da presença muda ao elogio da distância e da separação, do privilégio da palavra viva ao privilégio concedido à escrita. Daí o estatuto ambíguo da escrita como *meio* de alcançar o *imediat*o. Nascida de um descaminho, a escrita guardaria sempre uma vocação suicida: as palavras se inscrevem

sobre o papel apenas para melhor mostrar, ao apagar-se, o rosto do homem atrás daquele do Autor. É como se o desejo que atravessa a fala de Rousseau, assim como sua teoria da linguagem, as obrigasse a enrolar-se uma sobre a outra, passando sem parar do sim ao não. O nomadismo de um deslocamento, de uma fratura, e até de uma contradição, explodiria de maneira exemplar tanto na reflexão sobre a linguagem como no seu uso: querendo, como o sofista de Platão, *as duas coisas ao mesmo tempo*, Rousseau estaria condenado a uma perpétua reconversão do a favor ao contra.

3. *A voz sufocada*

Seguindo a inclinação dessa leitura, a linguagem acabaria, em Rousseau, por se reduzir a uma palavra inteiramente vã, a um sopro imponderável, película evanescente entre uma comunicação plena porque muda e o livre curso da violência. O mesmo ritmo comandaria o desvanecimento da linguagem na gênese ideal das línguas e na experiência vivida da expressão. Existe, no entanto, um momento feliz da história do gênero humano, em que, já fora do imediato e da natureza, o homem fala uma linguagem que ainda não é astúcia nem mentira. Nesse intervalo efêmero, o grito se metamorfoseia e ganha em inflexão e articulação, mas ainda está longe da linguagem do homem civilizado, em que a necessidade de clareza e de eficácia substituiu toda energia expressiva.¹⁸ Do mesmo modo, a experiência vivida da palavra pode, algumas vezes, vibrar de maneira mais forte e restituir, no interior do caos da sociedade, a Ordem da Natureza e metamorfosear, como por mágica, um auditório até então fechado em si mesmo e em seus preconceitos. A voz não é, então, sufocada por

uma humanidade hostil; num feliz acordo entre a inspiração e a expiração, o sopro da voz não se quebra contra nenhum obstáculo e a alma desvenda sua verdade, uma verdade até então desconhecida. Tal é, por exemplo, o caso do jantar de Turim, analisado minuciosamente por J. Starobinski.¹⁹

Mas ainda se trata de um intervalo que não poderia durar, que não se pode instalar na espessura do tempo, como se ele abrigasse em sua própria substância um nada que começa a corroê-lo no próprio instante em que vem ao ser. Mesmo no momento mais feliz da expressão, o verme já está dentro da fruta. Esse tipo de contradição dentro da própria essência da linguagem eclodiria sobretudo, como quer J. Derrida, na relação, sempre instável, entre fala e escrita:

Uma fala sem princípio consonântico, quer dizer, segundo Rousseau, uma fala abrigada de qualquer escrita não seria uma fala: ela se colocaria no limite fictício do grito desarticulado e puramente natural. Inversamente, uma fala que fosse de pura consoante, de pura articulação, tornar-se-ia uma escrita pura, álgebra ou língua morta. A morte da fala é, então, o horizonte e a origem da linguagem. Mas uma origem e um horizonte que não estariam em seus limites exteriores. Como sempre a morte, que não é nem um presente que virá nem um presente que passou, trabalha o dentro da fala como seu traço, sua reserva, sua diferença interior e exterior: como seu suplemento.²⁰

Entre a natureza ainda muda e o homem já desnaturado, entre o grito e o cálculo, na simultaneidade entre seu nascimento e sua morte, não haverá lugar para o volume da linguagem e para a energia da fala. Como dar conta de uma lingüística que consagra o silêncio? Dentro desta ótica, a lingüística de Rousseau abre um horizonte proibido ao pensamento clássico apenas por um breve instante: mal aberta a ferida, já começa o trabalho de cicatrização; mal entrevisto um subsolo, até então